



Informe Fetag-PB

Ano VII - nº 8 - Março 2013 - Informativo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

Fetag e Sindicatos tornam possível sonho de casa própria para Trabalhadores Rurais paraibanos pelo PNHHR



Página 5

Fetag inaugura ampliação no Dia dos Trabalhadores(as) Rurais

Jovens rurais discutem participação no futuro do Movimento Sindical



Página 2



Página 9

4

Entrevista:
Cleide Araújo

5

Lideranças elaboram propostas e elegem delegados para Congresso Nacional

7

Fetag mobiliza Sindicatos para combater aliciamento de trabalhadores rurais



EDITORIAL

A seca - fenômeno da natureza. A fome - omissão da humanidade.

O ano de 2012 registrou uma das piores secas dos últimos 40 anos. Isso nos fez refletir sobre o papel do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no enfrentamento desse problema, uma vez que, representamos os interesses desse segmento.

É lastimável que a Paraíba e demais Estados do Nordeste, que há bem pouco tempo, chegaram a perder sua produção agrícola por excesso de chuvas, hoje enfrentem uma das piores escassezes de água historicamente já vista.

Não precisa ser nenhum estudioso para perceber que existe um grande contrasenso na atuação do Estado brasileiro diante dessa diversidade climática no Nordeste.

É público e notório que as autoridades públicas constituídas no Brasil, nos seus três níveis, estimularam e estimulam a "Indústria da Seca" quando agem com medidas paliativas, que atendem apenas necessidades emergenciais.

Resaltamos que essas medidas são importantes, para amenizar a fome enfrentada pelo povo hoje. Contudo, elas precisam ser pensadas paralelamente a iniciativas de médio e longo prazo, ou seja, políticas públicas estruturantes que garantam que a população do campo e da cidade não fique eternamente sobre a ameaça da seca.

Em março de 2011, a Fetag e todo seu Conselho Deliberativo, composto por 205 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, apresentou, ao Governo do Estado uma pauta de reivindicações que favorece a população do campo. Esse documento, abrange medidas que possam viabilizar, de fato, o fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Assalariados Rurais da Paraíba, além de ações voltadas a saúde, educação, segurança pública, dentre outras.

Essas reivindicações não se limitaram ao Poder Executivo.

No final de 2012, o MSTTR da Paraíba entregou ao Poder Legislativo, através da Comissão formada pelos deputados da Assembleia Legislativa do Estado Paraíba, intitulada "Caravana da Seca", documento com propostas para o enfrentamento da estiagem.

Além de ratificar as reivindicações feitas ao Governo do Estado, o documento deu ênfase a necessidade urgente da conclusão das obras de Transposição do Rio São Francisco.

Faz-se necessário, que a classe política paraibana se engaje para fazer pressão junto ao Governo Federal no processo de conclusão dessas obras. Enfim, a Fetag irá usar, no

ano de 2013, todos meios legais para que, junto com os Sindicatos de base, sejam viabilizadas ações macro e micros, com intuito de ver o atendimento das reivindicações do Movimento Sindical.

Estas se darão através da intensificação da interiorização das ações da Fetag, auxiliando os Sindicatos para fazer valer os direitos à dignidade humana dos povos do campo.



Liberalino F. de Lucena
Presidente da Fetag-PB

PLANEJAMENTO 2013

Fetag define interiorização das ações como prioridade

A Fetag reuniu no dia 7 de fevereiro, sua diretoria e o corpo de assessores e funcionários a fim de discutir um plano de ação para o ano de 2013.

O secretário geral da Fetag, Antonio de Freitas, explica o objetivo principal será priorizar ações mais localizadas, considerando a demanda real das regiões. "Vamos interiorizar os eventos da Fetag. Entre eles, realizaremos capacitações voltadas para as lideranças sindicais em diversas áreas, como o monitoramento e empoderamento das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar, para que cheguem, de fato, e de forma qualificada, ao homem e a mulher do campo", destacou.

As ações macro, como os Encontros da Juventude Rural, Terceira Idade e Dia Internacional da Mulher, também foram programados.



AMPLIAÇÃO DA FETAG

Inauguração acontecerá no dia do Trabalhador Rural



A Fetag prepara-se para inaugurar uma nova ampliação de suas instalações, em João Pessoa. As obras iniciaram, em fevereiro de 2011, e a expectativa é de entregá-la no dia 25 de julho, quando se comemora o dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Com investimentos de cerca de R\$ 1 milhão, em recursos próprios, o anexo da Fetag tem 7 novas suítes, com capacidade para 6 camas cada; um mini-auditório para 80 pessoas; elevador; recepção; e estacionamento interno para 20 veículos.

"Havia uma necessidade grande de todos esses equipamentos, como o auditório para uma reunião menor, haja vista que o outro tem capacidade para 400 pessoas. Do estacionamento, já que o atual não dá nem para os carros dos funcionários da Fetag; E, principalmente, das suítes para oferecer mais conforto as lideranças que participam dos nossos eventos", justifica o presidente da Fetag, Liberalino Lucena.

A Fetag-PB possui hoje, 2 alojamentos, um feminino e outro masculino, com capacidade para abrigar cerca de 145 pessoas, além de 2 suítes, um refeitório, um auditório com capacidade para cerca de 400 pessoas, e salas para a administração.

Expediente

Pres.: Liberalino Ferreira de Lucena
1º V. Pres.: João Bosco de Oliveira
2º V. Pres.: Antônio Venâncio Negreiros
Sec. Geral: Antonio Freitas Araújo
1º Sec.: Francisca Marques Coelho
2º Sec.: Maria de Lourdes S.S. Araújo
Tes. Geral: Gerlândia Vieira de Moraes
1º Tes.: Maria José Enéas da Silva
2º Tes.: José Alves da Silva
SUPLENTE DA DIRETORIA
Maria das Neves M. do Nascimento
José Pedro
Assis Firmino
José Fernandes de Araújo
José Valter de Lira
Diomar Antonio de Braga
Cleide Araújo
Raquel de Fátima A. de Assis
SECRETARIAS
Sec. Assalariados: João Antonio Alves

Sec. Formação: Márcio Luís O. Silva
Sec. Jovens: Edielma Maria da Silva
Sec. Mulheres: Maria de Lourdes A. Costa
Sec. Terceira Idade: Maria Adelino da Silva

CONSELHO FISCAL EFETIVOS:

Zulmira Ribeiro dos Santos
Wedson Ferreira Leite
Francisco Pereira de Araújo
SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
José Alves Monteiro
Maria José de Jesus
José Gregório Neto
DELEGADOS-REPRESENTANTES EFETIVOS:
Liberalino Ferreira de Lucena
João Bosco de Oliveira
Antônio de Freitas Araújo
José Antônio Pereira
Rosivaldo Matias Fernandes
José João da Silva
Maria Cleidiomar S. Oliveira
Lúcia de Fátima Santana Ferreira
Raquel de Fátima A. de Assis

SUPLENTE

José João da Silva
Mauro Severino Cavalcante
Maria das Neves M. do Nascimento
Maria Adelino da Silva
Francisca Marques Coelho
Gerlândia Vieira de Moraes
Maria de Lourdes do Amaral Costa
José Antônio Alves
Maria José Enéas da Silva
Ass. de Comunicação/Responsável:
Neudja Farias Henriques
Fotos: Neudja, Lílian Rodrigues e Pedro Alves
Colaboração: Lílian Rodrigues, Geane Lucena, André Medeiros, Jordelma Lucena, Socorro Nóbrega, Kaline Nóbrega, Fátima Teixeira, Kleber Campelo, Oli-
van Duarte, Ivanildo Pereira, e Pedro Alves.

Rodrigues de Aquino, 722 - Jaguaribe
João Pessoa-PB - Telefax: (83) 3241 1192

www.fetagpb.org.br/ fetagpb@fetagpb.org.br

TERCEIRA IDADE

Encontro promove conhecimento e dia de lazer para idosos e idosas do campo há 5 anos



Debater questões relacionadas à Terceira Idade no campo e seus direitos. Com esses objetivos, a Fetag Paraíba realizou, nos dias 19 e 20 de dezembro, o "5º Encontro Estadual da Terceira Idade". O promotor do Cidadão, Valberto Lira, fez a palestra de abertura do evento que contou com a participação de mais de 300 idosos e idosas de todas as regiões do estado.

A secretária da Terceira Idade da Fetag-PB, Maria Adelino, explica que é importante reforçar o protagonismo deste segmento, mesmo após a aposentadoria, pois os mesmos não deixam de pertencer à categoria trabalhadora rural. "Precisamos efetivar ações político-sindicais como esta, respeitando vivências, saberes e culturas locais – que busquem assegurar o envelhecimento saudável e ativo no campo".

Segundo Maria Adelino, o evento é aguardado com ansiedade. "Levamos informações para a população idosa rural, que também servem para alertá-los a não caírem em armadilhas. O empréstimo consignado está acabando com o trabalhador rural. As próprias famílias fazem empréstimo no nome deles. Querem comprar uma moto, tênis, qualquer besteira. Com esses encontros, estão ficando mais ativos, pegando mais informações, ficando mais bem informados", garante a secretária.

Envelhecimento no campo - Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 2011 (PNAD) mostram que o número de idosos e idosas, no país dobrou nos últimos 20 anos, confirmando a tendência de envelhecimento da população brasileira. São 23,5 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. O que representa 12,1% dos ha-

bitantes do país. Em 1991, o número de pessoas nessa faixa etária, no Brasil, era de apenas 10,7 milhões.

Para o presidente da Fetag-PB, Liberalino Lucena, esses dados levantam uma reflexão sobre o processo de envelhecimento ativo e saudável. "Como estamos vivendo mais, é preciso incentivar a participação deles na sociedade, nas organizações sociais, nos Conselhos do Idoso, dentre outros".

Luta por políticas públicas - Liberalino alerta que os idosos e idosas necessitam, emergencialmente, de políticas públicas de acesso à saúde, terra e tecnologia da produção. "Os sindicatos prestam, entre outras atividades, orientações nos processos de aposentadoria, de garantia dos direitos dos idosos e no combate às irregularidades e fraudes no empréstimo consignado, por exemplo".

O MSTTR, nestes quase 50 anos, luta pela defesa e fortalecimento das pessoas idosas que vivem no campo e que continuam trabalhando na terra, produzindo alimentos e participando ativamente do desenvolvimento do país.



CASA DE APOIO

Tranquilidade e segurança para quem precisa cuidar da saúde na Capital



Idosos de Pilôezinhos conhecem a Casa

dimentos por mês é de 300 pessoas, entre pacientes e acompanhantes.

A coordenadora da Casa de Apoio, Maria José da Costa Lucena, explica que a unidade está sempre lotada. "Muitos pacientes trazem mais de um acompanhante, o que não deveria acontecer. No entanto, vamos administrando para que ninguém fique sem acolhimento, já que recebemos muitos pacientes com câncer, que necessitam vir à João Pessoa várias vezes, e ficam os dias que precisam até concluir o tratamento", alerta.

Lá, trabalhadores e seus acompanhantes podem dormir, tomar, banho e se alimentar, contando ainda com uma área de 140m² para atividades de lazer. "Oferecemos diariamente café, almoço e jantar para todas as pessoas que estiverem na Casa", afirma Maria José, que juntamente com outras três funcionárias fazem o acolhimento destas pessoas.

Para ter acesso a Casa, os trabalhadores (as) devem ser encaminhados pelos STTRs, através de ofício endereçado a Fetag. "Muitos também nos ligam, avisando que estão enviando alguém".

Criada pela Fetag, em 2008, e ampliada em 2010, a Casa de Apoio aos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais acolhe, sobretudo, idosos que precisam se dirigir à capital em busca de tratamento médico.

"Essa é a primeira e única Casa do país, mantida pela Fetag e Sindicatos, com esta finalidade", afirma o presidente da Fetag, Liberalino Lucena.

Uma conquista dos agricultores, a Casa tem capacidade para abrigar cerca de 80 pessoas, sendo um paciente e um acompanhante. A média de atende-

SECRETARIA NACIONAL DO IDOSO

Lideranças da PB aprovam demanda em evento



Comitiva paraibana que participou da Plenária, em Brasília

O MSTTR aguarda para breve a criação pelo Governo Federal da Secretaria Nacional do Idoso.

Essa foi a principal proposta aprovada pelos participantes da 1ª Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade e Idosos Rurais, realizada pela Contag, no mês de junho, em Brasília. Uma comissão composta por 13 lideranças paraibanas participou do evento. Também foram debatidas questões como o envelhecimento saudável e ativo no campo e na floresta.

Para a secretária da Terceira Idade da Fetag, Maria Adelino, o encontro foi muito produtivo. É importante buscar formas de dar praticidade ao que já está previsto em lei, como a diminuição do índice de analfabetismo, e a questão do acesso e atendimento aos sistemas públicos de saúde."



entrevista

CLEIDE ARAÚJO



Cleide Araújo

Ela é referência no Estado quando o assunto é Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Filha do casal de agricultores Maria Francisca e Braulino Francisco de Araújo, Cleide nasceu em São Vicente do Seridó, onde vive até hoje. Caçula de oito filhos, até os 16 anos, sempre ajudou o pai no roçado, já que os irmãos haviam migrado para outros Estados.

“Apesar de ser a única ajuda que ele dispunha, onde fazia diversos trabalhos masculinos, devido a força física que sempre tive, meu pai nunca permitiu que eu deixasse de ir à escola”.

Aos 16 anos, casou, pela primeira vez, com o pai de seus filhos: Suênia, Túlio, Lucas e Mateus. Durante os onze anos do casamento foi proibida pelo marido de estudar. A graduação no curso de Pedagogia só viria em 2006, seguida da pós-graduação em Supervisão Educacional, em 2010.

“Após a separação, criei meus filhos com muita dificuldade e ajuda de Deus. Depois de muito sofrimento, retomei meus estudos, concluindo o curso de Pedagogia, na UEPB. Foi uma luta, pois as aulas aconteciam na cidade de Cubati, para onde me desloquei de moto durante quatro anos”, explica Cleide, que orgulha-se de ser a única filha a conseguir se formar.

Hoje, é casada com o agricultor José Arnaldo e avó de quatro netos: Gabriel, Pietro, Sofia e Pedro Lucas.

Sua aproximação com MSTTR aconteceu em 1994, quando o ex-sogro convidou-a para limpar o Sindicato. “Comecei a atender as pessoas e a compreender as questões ali presentes. Vendo meu inte-



Na Contag, em Brasília

resse e desenvoltura para tentar resolver as demandas que surgiam, o presidente do STTR passou a me levar para as reuniões na Fetag, onde aprendi ainda mais sobre o papel do Sindicato. Em março de 1997, passei a fazer parte da diretoria do Sindicato como Tesoureira, assumindo a presidência logo em seguida”.

Como presidente do STTR de São Vicente do Seridó, desde novembro de 1997, iniciou uma gestão que mudou os rumos do Sindicato e, conseqüentemente, tem contribuído para melhorar a vida dos seus associados.

“A estrutura física estava totalmente deteriorada, sem a mínima condição para trabalhar. No ano passado, fizemos a terceira reforma. Informatizamos e equipamos todo o Sindicato com birôs, cadeiras, TV, DVD, telefone, fax, estantes, etc”.

Sobre a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Sindicato, Cleide, afirma que embora, hoje, eles tenham mais consciência do papel da instituição, não é uma tarefa fácil.

*Apresentando
o Programa
Nacional de
Habitação
Rural para os
trabalhadores e
trabalhadoras
rurais de Bom
Sucesso*



“Fizemos muitos investimentos em São Vicente do Seridó, e nossos associados percebem que podem dispor de uma série de benefícios. No entanto, ainda há muita gente que nos procura pensando apenas na aposentadoria rural”.

A luta para trazer as políticas públicas que venham beneficiar os trabalhadores rurais de São Vicente do Seridó é outro marco de sua administração a frente do Sindicato.

“Articulamos para o município Programas como o Garantia Safra, PAA, PNAE, PNHR, entre outros. Também realizamos um levantamento de todos os agricultores e agricultoras de São Vicente do Seridó, onde identificamos a produção e localização de cada um. Nesse estudo, fizemos ainda um diagnóstico das mulheres do campo, para saber em que situação se encontram, como estava a questão da saúde, se sofrem violência, grau de instrução, etc. O documento final desse levantamento foi apresentado na Escola de Formação da Contag, em Brasília. Estamos nos preparando agora, para realizar a pesquisa com os jovens”.

Sua participação atuante lhe rendeu convites, pela Fetag, para participar de encontros e reuniões promovidos pelo MSTTR em vários Estados. Em 2006, passou a integrar a Diretoria da entidade. Neste mesmo ano, fez parte da primeira turma nacional da Escola de Formação (Enfoc) da Contag,

e, em 2010, da primeira turma da Enfoc Nordeste.

“Em 2008, aceitei implantar e coordenar a Escola de Formação da Fetag Paraíba (Efor-PB). Foi desafiador, mas em 24 de outubro daquele ano, formamos a primeira turma com 37 alunos. Hoje, já formamos 90 lideranças, de vários municípios paraibanos, em mais duas turmas, que concluíram em janeiro de 2011 e dezembro de 2012”.

A ‘Educação para o Campo’ sempre foi e é um tema recorrente na sua atuação. Mas Cleide também acompanhou várias outras áreas como o ‘Desenvolvimento Territorial’, fez parte do Conselho de Mulheres, entre outras.

Como diretora da Fetag-PB, participou, em 2011, do primeiro encontro nacional sobre o PNHR, promovido pela Contag. Neste mesmo ano, em 19 de maio, sua determinação a levou a encabeçar e implantar o primeiro projeto executado pelo MSTTR da Paraíba para a construção de 47 unidades habitacionais no município de São Vicente do Seridó. Sua experiência fez com

que assumisse a frente do PNHR na Fetag, passando a orientar os STTRs a desenvolverem seus projetos junto a Caixa Econômica Federal.

“Em dezembro, entregamos as primeiras casas e estamos assessorando 86 STTRs. Está sendo muito boa esta experiência. No passado, o MSTTR tinha como foco principal o acesso à terra. Hoje, aprimoramos nossas lutas, e o Sindicato pode tornar possível várias outras demandas existentes no campo, como o fortalecimento da Agricultura Familiar; políticas públicas como a de Habitação Rural; Saúde; Educação; e tantas outras”.



Coordenando a Efor-PB

PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL

Fetag e STTRs tornam possível sonho de casa própria para trabalhadores rurais



São João do Rio do Peixe



Mamanguape

Cerca de 4.300 novas casas deverão ser construídas ainda este ano na zona rural do Estado, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Até o final desta edição do jornal, 86 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) paraibanos estavam em fase de organização da documentação exigida, para dar entrada junto a Caixa Econômica Federal, principal agente financiador do Programa na Paraíba.

As primeiras 47 unidades começaram a ser entregues em agosto do ano passado, no município de São Vicente do Seridó, e concluída a entrega no mês de dezembro. Em Mamanguape também iniciaram, no mês de outubro, a entrega de 35 casas pelo Programa. Os dois municípios já prepararam-se para construir mais 50 casas cada, na zona rural, até o fim deste ano.

"A entrega das casas é feita assim que elas vão sendo concluídas. Não são todas de uma vez, já que estão localizadas em sítios, distantes um do outro. Em São Vicente do Seridó, tivemos uma casa construída em um sítio localizado a 18 km da cidade", explica a coordenadora do PNHR na Fetag, Cleide Araújo.

Uma demanda do MSTTR atendida pelo Governo Federal, o PNHR, faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida. Ele foi cria-

do pela necessidade de uma política habitacional que atendesse as especificidades da moradia no campo. No PNHR, os Sindicatos identificam a demanda habitacional e auxiliam no trabalho de organização das famílias. A Fetag tem um papel fundamental em todo esse processo, que vai desde a apresentação do Programa aos Sindicatos e aos trabalhadores rurais, passando por toda a orientação na preparação da documentação necessária, e acompanhamento até a fase de conclusão das obras.

"A repercussão tem sido grande, principalmente depois que as primeiras casas foram entregues. As pessoas estão vendo que é possível e rápido. A solicitação do apoio da Fetag só aumenta", destaca Cleide.

O público-alvo deste e Programa, é de trabalhadores rurais titulares de DAP, com renda até R\$ 15.000 anual.

O valor do subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), para construção é de R\$ 28.500. Ficando para os agricultores devolverem apenas R\$ 1.140 (4 parcelas no valor de R\$ 285).

Para reforma o valor passou para R\$ 17.200, ficando para os agricultores devolverem apenas R\$ 688 (4 parcelas no valor de R\$ 172). As mudanças obedecem as Portarias 593 e 594 do Ministério das Cidades, publicadas em 13 de dezembro de 2012.



Municípios que estão com a documentação pronta:

São Vicente do Seridó; Cubatí; Gurinhém; Juarez Távora; Cacimba de Dentro; Guarabira; Bananeiras; Uiraúna; São João do Rio do Peixe; Santa Helena; Poço de José de Moura; Triunfo; Cajazeiras; Mari; Serraria; Pilões; Quixaba; Monteiro; Sobrado; Mulungu; Bom Sucesso; Catolé do Rocha; Esperança; Pombal; Rio Tinto; Tacima; Livramento; Campina Grande; Queimadas;

Lagoa Seca; São Jose do Brejo do Cruz; São Domingos do Cariri; Pedro Régis; Jericó; Matinhas; Brejo do Cruz; Santana dos Garrotes; Itapororoca; Curral de Cima; Passagem; Solânea; Coremas; Picuí; Mamanguape; Barra de Santa Rosa; Jacaraú; Alhandra; Araruna; Itatuba; Junco do Seridó; Passagem; Fagundes; Diamante; Itaporanga; Mato Grosso; São José de Caiana; São Mamede; Aguiar; Brejo do Cruz, Caapora, São Francisco; Vista Serrana; Boa Ventura; Galante; Nova Palmeira; Cuité; Amparo.

PLENÁRIA ESTADUAL DE TRABALHADORES RURAIS

Lideranças elaboram propostas e elegem delegados para Congresso Nacional

Cerca de 300 Lideranças Sindicais, Agricultores Familiares e Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de todo o Estado, participaram, nos dias 28 e 29 de novembro, da Plenária Estadual, promovida pela Fetag-PB. O documento com as propostas defendidas pela Paraíba, será apresentado pelos 68 delegados e delegadas (34 titulares e 34 suplentes), que representarão o Estado no 11º Congresso Nacional da categoria, que será realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre os dias 4 e 8 de março de 2013, em Brasília.

O evento teve como objetivos analisar as modificações ocorridas na conjuntura estadual e na situação de trabalho e de vida dos Agricultores Familiares e Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais paraibanos, nos últimos quatro anos. Além de estabelecer um plano de ação para a melhoria da qualidade de vida deste público para os próximos anos. Realizada de quatro em quatro anos, a Plenária visa refletir sobre as mudanças que estão ocorrendo no campo, que afetam e influenciam a organiza-

ção e a estrutura sindical.

Para o presidente da Fetag-PB, Liberalino Lucena, este foi um momento rico para o MSTTR. "Tivemos a oportunidade de debater novos rumos, fortalecer a ação sindical, encontrar maneiras novas de nos relacionarmos com a base, ampliar a nossa representatividade e a capacidade de ação político-sindical, com o intuito de assegurar a melhoria da qualidade de vida no campo e a consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), em contraposição ao Agronegócio", justificou.

Liberalino acrescenta que uma das propostas defendidas pela Fetag-PB, é o retorno urgente das obras de transposição do Rio São Francisco. "Estamos aí com uma das maiores secas, que atingiu quase todo o Estado. A maioria das políticas públicas aplicadas pelos Governos - Federal, Estadual e Municipal - têm servido apenas como paliativos. Elaboramos um documento, que será apresentado a presidente Dilma Rouseff, com esta e outras propostas que venham de fato minimizar a situação de miséria que se encon-



tram os trabalhadores e trabalhadoras rurais, sobretudo da região Nordeste".

O presidente da Contag, Alberto Broch, e a secretária de Juventude da Confederação, Elenice Anastácio, participaram da Plenária. Durante o evento, falaram também o presidente da junta de recursos da Previdência Social na Paraíba, Everaldo Júnior, e o gerente de negócios do Banco do Nordeste, Keke Roseberg, que explicou os efeitos da Lei 12.716 para os agricultores que encontram-se endividados.



um giro pela paraíba

Posses nos Sindicatos

No final de 2011 e todo o ano de 2012, vários STTRs tiveram suas diretorias renovadas, expressando a vontade da maioria dos seus associados. A Fetag, através des seu presidente, Liberalino Lucena, ou do secretário geral, Antonio de Freitas, empossou essas novas diretorias.



Picuí



Nazarezinho



São Domingos do Cariri



Nova Palmeira



São João do Rio do Peixe



Conde



Fagundes



Pilar



Cajazeiras



Guarabira



Matinhas



Catolé do Rocha



Campina Grande



Ingá



Livramento

Assalariados rurais

Fetag mobiliza Sindicatos para combater aliciamento de trabalhadores rurais

A Fetag, por meio de sua Secretaria de Assalariados, vem intensificando junto aos Sindicatos a ela filiados, o compromisso com o combate ao aliciamento de trabalhadores rurais. A temática esteve presente durante reunião do seu Conselho Deliberativo, no dia 28 de setembro. Uma força tarefa está sendo realizada conjuntamente com o Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Fetag e os STTRs.

"A intenção não é a de proibir que estes trabalhadores migrem para Estados da região Sul do país, mas evitar que sejam tratados sem segurança e tenham seus direitos desrespeitados", afirmou o presidente da Fetag, Liberalino Lucena.

O secretário de Assalariados da entidade, João Lau, explicou como deve ser feito o processo de saída do trabalhador de sua cidade. "É necessário que os exames admissionais sejam realizados no município de origem deste trabalhador e em seguida assinada sua Carteira de Trabalho. A relação com os nomes dessas pessoas deve ser levada e homologada pelo Ministério do Trabalho. Essa é única forma deles saírem legalizados de seus municípios", detalhou.

Referência na Paraíba - O STTR de São José de Piranhas, desde 2008, vem realizando um trabalho junto a este público, que se tornou referência para todo o Estado.

De acordo com a tesoureira do Sindicato, Gerlândia Vieira, os agenciadores, também chamados de turmeiros, são pessoas da própria cidade e que já conhecem as usinas para as quais os trabalhadores são levados.

"Os agenciadores são convidados a participar de uma reunião no Sindicato e orientados a responder um questionário, elaborado em parceria com a UFCG, através dos alunos do curso de Ciências Sociais. Este questionário pede que seja informado o número de trabalhadores que estão sendo levados, para onde estão indo e uma relação com seus nomes. O Sindicato, por sua vez, disponibiliza os números de telefones, e-mail e redes sociais para que as pessoas que estão fora possam manter contato com o STTR".

O sindicato de São José de Piranhas já realizou palestras, em parceria com a Fetag, sobre direito trabalhista, saúde do trabalhador e a cada ano estas temáticas vão sendo atualizadas de acordo com a necessidade. Também é feito o cadastro no INSS, assim



como palestras sobre a importância deste trabalhador estar filiado ao Sindicato.

Reconhecimento - Como resultado do trabalho realizado em São José de Piranhas, 3 Usinas estão trabalhando em parceria com o Sindicato, que acompanha os exames, realizados por médicos da região, e o cadastramento nas Carteiras de Trabalho. É verificado, ainda, o embarque e a saída dos trabalhadores, bem como as condições de segurança do transporte.

ACOMPANHAMENTO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

Trabalho realizado pela Fetag-PB rende bons frutos e usinas recebem selo de "Empresas Compromissadas"

Quatro, das oito usinas paraibanas, receberam da presidente Dilma Rouseff, no Palácio do Planalto, no dia 14 de junho, o selo "Empresa Compromissada". As empresas Japungu Agroindustrial (Santa Rita), Monte Alegre (Mamanguape), Miriri Alimentos e Bionergia (Santa Rita) e Giasa -LDC SEV (Pedras de Fogo) aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar e foram auditadas no ano passado.

O secretário de Assalariados da Fetag, João Lau, explica que a entidade teve, e tem, um papel importantíssimo em todo esse processo. "A Paraíba foi um dos 3 Estados, que juntamente com São Paulo e Goiás, receberam a visita da Comissão Nacional de Di-

álogo e Avaliação do Compromisso Nacional. Eles vieram conhecer o trabalho da Fetag e dos Sindicatos no setor sucroalcooleiro, a fim de validar o questionário que foi aplicado nas usinas de todo o país. Esse é um momento importante para o setor sucroalcooleiro e para a Fetag que faz o acompanhamento no campo diariamente para que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados".

A atuação da Fetag junto ao setor sucroalcooleiro teve o reconhecimento dos membros da Comissão e da Contag, em documento enviado a entidade.

"A participação dos Sindicatos e da Secretaria de Assalariados qualificou o nosso trabalho, enchendo-nos de orgulho ao demonstrar para o Brasil que temos um sindi-

calismo atuante e qualificado. Todos os integrantes da Comissão de Diálogo que estiveram na Paraíba, não pouparam elogios à atuação propositiva e crítica de vocês", disse assessor da Contag, Luismar Ribeiro Pinto, que fez parte do grupo.

Luismar destacou ainda o empenho, a capacidade de trabalho e o nível de conhecimento da realidade dos trabalhadores da cana, bem como da atividade sucroalcooleira que a Fetag e os Sindicatos da Paraíba mostraram ter.

O selo foi concedido pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional às empresas do setor consideradas cumpridoras de todas as boas práticas empresariais e trabalhistas.



Marciano Lima

As Usinas Giasa e Tabu qualificaram, no ano passado, mais de mil canavieiros, através de acordos firmados entre as empresas e a Fetag. A iniciativa beneficia os trabalhadores durante o período de entressafra. Em vez de demitidos, eles têm seus contratos de trabalho suspensos. A previsão é que todas as usinas este ano, capacitem seus empregados.

Comissão verifica qualidade da água fornecida para os trabalhadores

Durante os meses de novembro e dezembro, a Comissão de Acompanhamento aos Trabalhadores Assalariados da Fetag-PB, juntamente com representantes da Agevisa, Cerest, Ministério do Trabalho e Emprego, visitaram as usinas em funcionamento no Estado, para avaliar se a água que está sendo fornecida aos trabalhadores do setor sucroalcooleiro é de boa qualidade.

Das 8 empresas visitadas, apenas em uma a água estava imprópria para o consumo humano. De comum acordo, todas instalarão filtros em todos os reservatórios das frentes de trabalho. As Usinas Miriri e Giasa já iniciaram esse trabalho.





1ª MOBILIZAÇÃO DE ASSALARIADOS RURAIS

PB aguarda criação de política nacional para a categoria

A Fetag-PB participou em março de 2012, em Brasília, da 1ª Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais. Estiveram presentes ao evento, o secretário de Assalariados da entidade, João Lau; e os presidentes dos STTRs de Capim, Diomar; Mari, José Martins; e Rio Tinto, Valdirene.

A criação de uma Política Nacional para os Trabalhadores Assalariados foi uma das principais reivindicações da mobilização, que teve como objetivo dar visibilidade a categoria, buscando a construção de políticas públicas específicas: como saúde, segurança, escolarização, qualificação e a reinserção produtiva desses trabalhadores no mercado.

Segundo o secretário de Assalariados da Fetag, João Lau, é importante que estes trabalhadores procurem os STTRs para saberem dos seus direitos e o que já conquistado através das mobilizações do MSTTR como, por exemplo, a participação desse

público no Programa Minha Casa Minha Vida. "Hoje, o trabalhador rural assalariado tem o direito de requerer a sua casa própria, através do Minha Casa Minha Vida. Para isso, é preciso que ele procure o seu Sindicato e apresente a documentação necessária de acordo com a sua condição", afirma João Lau.

Durante a mobilização, também foram apresentadas questões para as mudanças necessárias nas relações de trabalho, emprego e renda, especialmente em relação à garantia de postos de trabalho em virtude da mecanização, à segurança e saúde no trabalho, à erradicação do trabalho escravo e ao combate efetivo da informalidade no campo - dos cerca de 5 milhões de assalariados rurais no Brasil, 64,9% mantêm relações informais de trabalho.

Grupo de Trabalho (GT) - Como resultado da mobilização, a Presidência da República instituiu um GT Interministerial, com a finalidade de discutir e avaliar uma pro-



posta de Política Nacional para a categoria. As reuniões do grupo acontecem mensalmente e a Contag participa de todas.

"O GTI já chegou em uma proposta mínima para a construção dessa política, que será um marco importante para os assalariados rurais, para o MSTTR, bem como para a sociedade", avaliou o secretário de Assalariados Rurais da Contag, Antonio Lucas.

GARANTIA SAFRA 1

Mudanças garantem a titularidade do benefício a mulher e amplia para 100 mil as cotas da PB

Publicada em janeiro deste ano, a Resolução nº 1 do MDA, que trata do Garantia Safra, orienta a adoção da mulher como titular do benefício dado a famílias constituídas por um casal, independentemente do estado civil. No momento de alteração cadastral e/ou revisão dos benefícios, a titular do benefício passa a ser a mulher.

Para a secretária de Mulheres da Fetag, Maria de Lourdes, "Medidas como essa, reconhecem e valorizam o trabalho da mulher na família, além de contribuir para autonomia

das mulheres nos processos de decisão".

Outra mudança importante no Programa é a ampliação do número de agricultores familiares atendidos, a partir da safra 2012-2013, que passará para 100 mil na Paraíba. Estes agricultores já receberão o novo valor do benefício, que será de R\$ 760, dividido em 5 parcelas, sendo a primeira de R\$ 140 e outras no valor de R\$ 155.

Mais mudanças - Definido pela Lei nº 12.766 de dezembro de 2012, o Garantia Safra, a partir da safra 2013-2014, irá be-

neficiar Agricultores Familiares de todo o Brasil, desde que estejam localizados em municípios, que comprovadamente, estão sujeitos a perda de safra por estiagem ou excesso de chuva. Também é necessários que estes estados e municípios façam a adesão ao Fundo Garantia-Safra.

A Lei também determina que os valores de contribuição ao Fundo Garantia-Safra pelos agricultores, municípios, estados e união, serão, gradualmente, duplicados até 2016 e que a área máxima plantada seja de cinco hectares (antes eram 10 ha).

GARANTIA SAFRA 2

Municípios aderidos aumenta a cada ano, mas 8 ainda deixarão seus agricultores prejudicados

Os 185 municípios da Paraíba aptos a participarem do Garantia Safra 2012-2013, deixarão seus agricultores numa situação ainda pior do que já se encontram com a seca.

O presidente da Fetag, Liberalino Luceana, explica que além de ter perdido toda a sua produção estes agricultores ficarão também sem o "socorro" mais rápido que recebem do Governo.

"Sabemos que o valor é pouco e que não corresponde aos prejuízos que eles estão tendo, no entanto, alivia a situação de miséria em que muitos se encontram. O Garantia Safra é uma reivindicação do MSTTR, atendida pelo Governo Federal. É necessário evidenciar o compromisso assumido pelos prefeitos com o público-alvo do Programa. Nos indignamos diante daqueles gestores que não consideram o Campo e sua população como parte imprescindível para o desenvolvimento econômico-social do município", justifica.

Todos os anos a Fetag e os STTRs da Paraíba se utilizam dos meios de mobilização e comunicação possíveis para que o Programa atinja sua finalidade de subsidiar os agricultores e agricultoras familiares numa possível frustração de safra.

"Diante dessa mobilização, o número de Prefeituras que não aderem ao Programa vêm caindo a cada ano", destaca Liberalino.

Desde 2003, ano de lançamento do Garantia Safra, o MSTTR vem apresentando nos 'Gritos da Terra Brasil', proposta de aprimoramento dessa política, no sentido de atender, de fato, os anseios dos agricultores que sofrem com as consequências da perda da produção, seja por estiagem ou por excesso de água.

Essas propostas perpassam pelo aumento do valor do benefício, ampliação do número de cotas destinadas aos municípios, e, sobretudo, o controle social para que o Programa possa ser utilizado por seu público-alvo.

NÚMERO RECORDE

177 municípios
aderiram ao
Garantia-Safra 2012/2013

NÃO ADERIRAM

- ✓ Campo de Santana;
- ✓ Mari;
- ✓ Sapé;
- ✓ Pirpirituba;
- ✓ São Domingos do Cariri;
- ✓ Borborema;
- ✓ Itatuba;
- ✓ Serra Redonda

1º ENCONTRO ESTADUAL DA JUVENTUDE

Jovens paraibanos discutem participação no futuro do Movimento Sindical



Mais de 100 jovens trabalhadores rurais de vários municípios paraibanos participaram, nos dias 27 e 28 de setembro, do 1º Encontro Estadual da Juventude Rural, promovido pela Fetag-PB.

Durante o evento, eles assistiram as palestras, elaboraram sugestões para possíveis modificações no documento base do 11º Congresso da Contag, e escolheram 20 representantes do Estado para participar da Plenária Nacional realizada pela Contag, em Brasília.

Para o secretário interino de Jovens da Fetag, Rosivaldo Fernandes, uma das grandes discussões do Movimento Sindical, é a qualidade de vida do jovem do campo, o fortalecimento de sua identidade e sua fixação no campo.

“O número de jovens filiados aos STTRs é pequeno e isso nos preocupa, uma vez que eles representam o futuro do nosso Movimento e não devem estar alheios à realidade do homem do campo”, destacou.

DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

INSS e Fetag-PB lançam Cartilha para orientar trabalhadores

A Cartilha Previdência em Cordel foi lançada, no dia 28 de setembro, no auditório da Fetag, com informações sobre previdência social destinada ao homem do campo.

Os trabalhadores rurais representam 53% dos beneficiários do INSS na Paraíba e a Cartilha tem o objetivo de esclarecê-los, através de uma linguagem mais acessível, acerca dos seus direitos e deveres.

O presidente da Fetag, Liberalino Lucena, afirmou que ainda há uma dificuldade muito grande para o trabalhador rural quanto à documentação exigida para a comprovação de sua atividade laboral. “Temos capacitado os STTRs quanto ao cadastramento do segurado especial e a documentação necessária para que os trabalhadores tenham seus direitos respeitados e assegurados”.

Segundo o gerente executivo do INSS em João Pessoa, José Antônio, a instituição tenta inibir, através de parcerias, a figura do atravessador, para solucionar ao máximo a questão do indeferimento do seguro social. “Muitas vezes, este atravessador retém parte ou integralmente o valor que cabe ao beneficiário”.

“A partir do momento que cumprimos com nossa obrigação de documentar o trabalhador, nós, representantes dos trabalhadores rurais, dirigentes de sindicatos, aca-



baremos com este tipo de problema com os atravessadores”, declarou o secretário geral da Fetag e presidente do STTR de Guarabira, Antônio de Freitas.

Antônio de Freitas lembrou ainda que é obrigação dos dirigentes que todas as cláusulas dos estatutos dos Sindicatos sejam cumpridas podendo seus dirigentes serem penalizados, judicialmente, por documentar indevidamente pessoas que querem se passar por trabalhadores rurais. “Recentemente neguei a documentação a um mototaxista. É preciso lembrar que nem todo indivíduo que mora na zona rural é trabalhador rural. É nossa obrigação averiguar antes de conceder esta documentação”, completou.

2ª Plenária Nacional da Juventude Rural

A comitiva paraibana contou com 20 jovens das seis regiões do Estado: Zona da Mata, Brejo, Borborema, Curimatá, Cariri e Serião. Cerca de 600 jovens participaram da 2ª Plenária Nacional da Juventude Rural, realizada de 15 a 17 de outubro, em Luziânia (GO).

Segundo o jovem diretor da Fetag-PB e vice presidente do STTR de Mulungu, Rosivaldo Fernandes, o grupo buscou representar bem a Paraíba. “Em nossas discussões, tentamos encontrar soluções para diminuir o êxodo rural e trazer melhorias para que o jovem possa se manter no campo com qualidade de vida”.



Sindicatos cadastram trabalhadores rurais em sistema da Previdência

Os STTRs paraibanos estão realizando o cadastramento do Segurado Especial, que vai ajudar na comprovação da atividade rural para fins dos benefícios previdenciários. Todos os componentes do grupo familiar que exerçam atividade rural devem se cadastrar. O cadastro é gratuito.

O objetivo é construir uma base de dados segura e consistente com informações sobre os segurados especiais e seus familiares, a fim de facilitar o reconhecimento do direito aos benefícios da Previdência Social.

Quem já é cadastrado pelo STTR precisa apenas comparecer anualmente no Sindicato, qualquer dia, com os documentos que comprovem sua atividade.

O presidente da Fetag, Liberalino Lucena, afirma que os Sindicatos têm muita responsabilidade nesse processo e só fará o cadastramento de quem efetivamente exerce a atividade rural. “É importante não deixar para se cadastrar apenas quando precisar de algum benefício da Previdência. Os trabalhadores devem comparecer anualmente ao STTR e repetir o mesmo procedimento”.



CRÉDITO FUNDIÁRIO

Programa investiu mais de R\$ 52 mi em compra de terras e beneficiou 3.833 famílias na PB



A Paraíba ocupa hoje o 5º lugar, entre os Estados do Nordeste, no total de investimento de recursos para a aquisição de terras pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), desde a sua implantação, em março de 2003. Foram R\$ 52.368,380 mi para compra de terras e R\$ 28.572,970 mi para a viabilização de infraestrutura nos assentamentos. A área total adquirida é de 88.267 hectares de terras, que beneficiaram 3.833 famílias.

O assessor técnico da Fetag-PB, Ivanildo Dantas, explica que o PNCF foi uma conquista do MSTTR, através dos Gritos da Terra Brasil, coordenados pela Contag, que este ano terá sua 19ª edição.

“Em 2008, conseguimos definitivamente efetivá-lo como política pública, garantindo assim a sua continuidade. A Fetag-PB tem uma participação importantíssima no controle social do Programa e acompanhamento dos beneficiários. Cabe a Fetag também a capacitação inicial destes beneficiários até a aprovação das propostas que são homologadas pelo Conselho Estadual de De-

envolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Estas propostas são analisadas por uma Câmara Técnica formada por instituições e entidades ligadas às questões fundiárias no Estado, da qual a Fetag-PB faz parte”.

O que é - O PNCF oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural com financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária à produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O potencial beneficiário deve ainda comprovar mais de 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos. Prevê ainda ações de incentivo às mulheres, jovens e negros rurais contemplando ainda projetos especiais para o convívio com o semiárido e o meio ambiente.

Para o secretário de Política e Agrária da Fetag, Antônio de Freitas Araújo, o PNCF tem sido fundamental como uma ação complementar da Reforma Agrária.

“Ele vem, justamente, possibilitar ao público que não se enquadra nos critérios do processo de Reforma Agrária, promovido pelo Governo Federal, através do Incra, como agricultores e agricultoras familiares, na condição de arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros e proprietários de minifúndios, além dos que trabalham como diarista ou assalariado, com renda familiar anual de R\$ 15.000. O Programa representa ainda um importante volume de capital que entra no Estado, gerando renda e em-

pregos, já que os recursos repassados devem ser investidos no próprio município ou região onde a terra é adquirida”.

Preço justo pelas terras - A Paraíba é ainda o 4º Estado do Nordeste com o menor valor de terra negociado, em 2012. A média do hectare de terra praticado é de R\$ 1.248. A equivalência de preço diferencia de região para região. No Sertão, Cariri e Curimataú, o preço por hectare varia de R\$ 167 a no máximo R\$ 1.800, enquanto no Litoral este valor vai de R\$ 592 a R\$ 3.600.

Essa negociação tem a participação efetiva dos STTRs e da Fetag, seja através da Câmara Técnica, reprovando as propostas, ou diretamente com os proprietários.

“Durante a última reunião do CEDRS, em dezembro, reprovamos a compra da Fazenda Serrote da Imbiguda, localizada no município de Casserengue, que tinha proposta de R\$ 2.300 por hectare. Agora em janeiro, através de uma comissão, formada pela Fetag, STTRs de Casserengue e Areia, Incra, Interpa e Faepa, conseguimos negociar e aprovar a compra deste imóvel por R\$ 1.900 por hectare. Isso significou um ganho de mais de R\$ 400.000 para os agricultores”, destacou Ivanildo Dantas.

Assentamentos se tornam referência - Esse acompanhamento sistemático do MSTTR paraibano tem dado bons frutos. Alguns assentamentos se tornaram referencial para uma Reforma Agrária de qualidade, como: Carrasco (Esperança); Liberdade e Carnaúbinhas (Cacimba de Areia); Nossa Senhora de Nazareth (Gurinhém), entre outros nos municípios de Campo de Santana, Catolé do Rocha, Bom Sucesso, e Salgadinho.

Mudanças no PNCF reduz taxa de juros e beneficia juventude e mais pobres

O Conselho Monetário Nacional aprovou, no dia 4 de janeiro, a redução na taxa de juros para o PNCF, que passa de 5% para 2%. Para os jovens rurais (de 18 a 29 anos) e as famílias de agricultores em situação de pobreza os juros são ainda menores, 1% e 0,5% respectivamente. A medida, considerada um avanço pelo MSTTR, é resultado das negociações do Grito da Terra Brasil com o Governo Federal.

A Resolução 4177 prevê, também, a universalização da assistência técnica e extensão rural (Ater), que passa a valer por cinco anos para novos contratos, com um repasse de R\$ 1.500 por beneficiário/ano. As medidas aprovadas foram publicadas em 7 de janeiro, no Diário Oficial da União, e passam a vigorar no dia 1º de abril deste ano.

Foi aprovada ainda a Resolução 4178, que estabelece novas regras para renegociação de dívidas do PNCF, Banco da Terra e Cédula da Terra. Ela possibilita aos contratos inadimplentes, em 31 de dezembro de 2012, a renegociação de todas as parcelas vencidas, a redução para 2% na taxa de juros e o alongamento do prazo de financiamento. Para ter direito as novas condições, é necessário fazer a adesão ao processo de renegociação até o dia 28 de março de 2013. A formalização e o pagamento da amortização tem prazo limite para 28 de junho. No caso dos contratos adimplentes em 31/12/12, a redução da taxa de juros será automática.

O que mudou no PNCF:

| Condições Atuais | Novas Condições |
|--|--|
| Juros de 2% a 5% | Juros de 0,5% a 2%, sendo: - Pobreza Rural (CadUnico) – 0,5% - Juventude – 1% - Demais Beneficiários – 2% |
| Prazo de Pagamento - 17 a 20 anos | Prazo de Pagamento - 20 anos |
| Rebate regionalizado para pagamentos em dia, sendo: Semiárido – 40%; Nordeste – 30%; e demais regiões – 18%. - Teto limite para o rebate R\$ 1.300 | Rebate regionalizado para pagamentos em dia, sendo: Semiárido – 40%; Nordeste – 30%; e um aumento para 20% nas demais regiões – 20%. - Aumento no teto limite para R\$ 3.000 |
| Ater por 2 anos | Ater por 5 anos com parcelas anuais de R\$ 1.500 por beneficiário |

O que mudou na Renegociação:

| Condições - 4029 | Novas Condições - 4178 |
|---|---|
| Juros de 2% a 5% | Juros de 2% |
| Limite de 6 parcelas para renegociação | Renegociação de todas as parcelas vencidas e vincendas até 28.06.2013 |
| Renegociação limitada ao prazo do financiamento (20 anos) | Alongamento dos financiamentos em um ano para cada prestação vencida e não paga |
| Limitador de rebate de R\$ 1.300 | Reajuste no valor do limitador de rebate, que passa para R\$ 3.000 |



3ª turma da Efor-PB se forma e presta homenagem a Jordivan Lucena

Com 25 formandos, a terceira turma da Escola de Formação (Efor) da Fetag Paraíba homenageou o assessor da entidade, Jordivan Lucena, falecido no final de 2011, vítima de um infarto fulminante. Os filhos Gabriela e Guilherme e a esposa Aucélia participaram da solenidade, que contou ainda com a presença de outros familiares do homenageado.

"Jordivan sempre foi um grande incentivador e fazia questão de participar de todas as ações relacionadas à formação e educação para o Campo. Estivemos juntos em todo o processo de instrução das outras duas turmas. Sentimos muito sua falta este ano, nada mais justo do que essa homenagem", justifica a coordenadora da Efor, Cleide Araújo.

Durante a formatura da turma que recebeu o nome de Jordivan Lucena, várias pessoas falaram sobre a importância do homenageado para a Escola, ainda foram feitos um painel e camisetas com fotos. A equipe pedagógica é formada por: Cleide, Zé de Nadim, Fátima Elias, Sandra Xavier, e Cleidomar Oliveira.

Qualificando a atuação do MSTTR - Iniciada em 29 de julho de 2008, a Escola de Formação da Fetag-PB, já formou 90 lideranças de todas as regiões do Estado.

O objetivo é proporcionar uma reflexão sobre o papel do MSTTR na conjuntura atual, de modo a qualificar sua atuação, colaborando com o desenvolvimento da zona rural e dos homens e mulheres do campo.



Formandos:

Alberto Medeiros Andrade
Alessandra Pereira
Cícero Damião Vieira do Amaral
Cristiane Leite Ferreira
Damyres Souza Moraes
Daniel da Silva Gomes
Emília Maria Dantas da Silva
Francisco das Chagas dos Santos
Géssika Campos da Silva
Gilcemar de O. Araújo
Graciete Pereira da Silva
Isaú Manicé da Silva Junior
João Lima da Silva
José Linaldo S. Ramalho
Lindaci Daniel de Lima
Maiara Pereira dos Santos Araújo
Mailzo Dantas
Maria de Lourdes F. Monteiro
Maria de Lourdes Santos Araújo
Maria José Lima de Souza
Maria Luciene de Alcântara
Rosivaldo Matias Fernandes
Valquíria Victor Felipe Santos
Vanessa Victor Felipe
Vânia Victor Felipe dos Santos

MULTIPLICAÇÃO CRIATIVA

2º Encontro dá continuidade a processo de organização dos STTRs

Discutir estratégias para o fortalecimento das entidades sindicais do MSTTR e a consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Com esses objetivos, cerca de 50 lideranças, de vários municípios paraibanos, participaram do "2º Encontro Estadual de Multiplicação Criativa", que aconteceu entre os dias 8 e 10 de agosto, no auditório da Fetag.

O evento, realizado em parceria com a Contag e o Senar, busca capacitar estas lideranças para que se tornem multiplicadoras nos pólos sindicais onde estão inseridas e nas comunidades rurais, com o intuito de fortalecer as entidades sindicais.

"Estamos qualificando nossos representantes para que possam administrar melhor as finanças do Sindicato. Muita gente confunde gestão sindical com mandato sindical e são coisas muito diferentes", explicou o presidente da Fetag, Liberalino Lucena.



Para o secretário geral da entidade e presidente do STTR de Guarabira, Antônio de Freitas Araújo, "este tipo de encontro é fundamental para que o líder sindical se capacite e atualize seus conhecimentos podendo, desta forma, executar um trabalho mais eficiente junto ao trabalhador(r) rural, agricultores familiares e assalariados rurais.



SECA NA PARAÍBA

Fetag defende transposição como principal ação para minimizar sofrimento no campo

A Fetag-PB enviou, no dia 17 de dezembro, documento a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, através do deputado Francisco de Assis Quintans, onde defende a transposição das águas do Rio São Francisco, uma vez bem concluída e bem administrada, como a principal ação de Governo para a convivência com o fenômeno da seca.

O presidente da Fetag, Liberalino Lucena, explica que no documento, constam 7 pontos que a Fetag considera indispensável na transposição do Rio Francisco.

“A seca do nordeste, não é, e, nunca será, novidade para ninguém. Estamos convivendo com uma das maiores da nossa história. Evidentemente, existem algumas ações de enfrentamento as suas conseqüências. Todavia, a grande maioria, são medidas paliativas que amenizam o sofrimento dos agricultores, mas não resolvem a situação de miséria em que se encontram. Não queremos dizer com isso, que outras medidas não são importantes, mas deverão continuar como medidas colaboradoras e complementares para o êxito da transposição”, acrescentou.

gações. Neste sentido, propomos que seja dada prioridade absoluta aos agricultores familiares, sobretudo, aos assentados do Plano Nacional de Reforma Agrária, seja através do Inbra e do Crédito Fundiário. E, ainda, que os agricultores irrigantes tenham, de fato, uma assistência técnica pública e de qualidade, acompanhada efetivamente pela comissão mista de gestão da transposição do Rio Francisco;

PROPOSTAS:

1 - Criação de uma comissão mista composta pelos Governos nos seus três níveis e, sobretudo, com a participação da sociedade civil, a exemplo da representação do MSTTR (Contag, Fetag e STTRs), para que esta acompanhe o gerenciamento e distribuição das águas efetivamente;

2 - Inclusão do Vale do Piancó no projeto de transposição do Rio São Francisco. E, que as barragens Coremas e Mãe D'Água sejam receptoras dessas águas em caráter de urgência, contemplando-se com um sistema de esgotamento sanitário todas as cidades envolvidas, para que não sejam contaminadas, como ocorre hoje;

3 - Que se abra um debate com os Governos e sociedade civil organizada, com objetivo de se encontrar formas de viabilização de uma barragem receptora das águas do Rio Francisco na Região das Espi-

nharas e estudar a possibilidade de perenizar o Rio Espinharas, tendo vista esta é uma das regiões mais sofridas com a seca;

4 - Sobre esse último ponto, sugerimos a ampliação do projeto de transposição, incluindo como receptor das águas do São Francisco, um dos afluentes do Rio da Farinha, que abastece as barragens Farinha e Jatobá, e abrangem respectivamente os municípios de Cacimba de Areia e Patos. Existem informações que o Rio Paraíba, que será um dos principais receptores das águas do Rio Francisco, passa próximo desse afluente. Uma vez alimentadas estas barragens, iria, conseqüentemente, perenizar o Rio Espinharas e, evidentemente, beneficiando toda essa região;

5 - Como sabemos a transposição do Rio Francisco tem como prioridade número 1 atender ao consumo humano e animal da população da região nordeste. No entanto, as sobras dessas águas, evidentemente, deverão ser usadas em pequenas irri-

6 - O programa de construção de cisternas e a construção de barragens devem continuar, proporcionando-se a captação das águas das chuvas. Além disso, é preciso viabilizar a perfuração de poços artesianos;

7. Estimular a recuperação dos rebanhos (bovino, caprino e ovino) da Paraíba, que está quase dizimado. Bem como reorganizar, a comercialização de produtos da agricultura familiar, articulando-se os mercados institucionais, a exemplo de hospitais, escolas, presídios, dentre outros, além do mercado aberto.

SOS SECA

Fetag participa de Campanha lançada pela ALPB

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) lançou, no dia 15 de janeiro, a Campanha SOS Seca Paraíba.

O presidente da Fetag-PB, Liberalino Lucena, participou da solenidade juntamente com diretores da entidade e presidentes dos STTRs de Mari, Zé Martins; Itaporoca, Maria José de Jesus; Sapé, João Lau; Capim, Diomar; Alhandra, Mauro; Rio Tinto, Valdirene; Mamanguape, José João; Guarabira, Antonio de Freitas; Gurinhém, Geraldo; e Alcantil, Márcio Luis.

“A seca no nordeste vem da época do Império. Ainda hoje se continua falando no problema, apresentando propostas, que não se concretizam. Todos temos nossa parcela de culpa, pois ouvimos promessas eleitoreiras e não fazemos nossa parte, cobrando as ações”, afirmou o presidente da Fetag, Liberalino Lucena.

Na oportunidade, também foi divulgada a “Carta da Paraíba”, que será enviada a presidente Dilma Rousseff. O documento, que contou com a colaboração de entidades parceiras, como a Fetag, destaca as principais ações estruturantes para o Semiárido, a exemplo de ampliar a operação carro-pipa; aumentar a distribuição de ração animal; limpar barragens; recuperar e instalar poços; distribuir cestas básicas; re-

ativar e desburocratizar o Programa do Leite; revitalizar perímetros irrigados; encontrar solução definitiva para o endividamento dos produtores do semiárido com o BNB; implantar adutoras; massificar a construção de cisternas; criar programa de geração de renda para o sertanejo e driblar o êxodo rural; despoluir rios e açudes que recebem águas da transposição do Rio São Francisco.

“Espero que a presidente Dilma Rousseff receba este documento, e tome medidas urgentes no sentido de agilizar as obras de transposição do Rio São Francisco. Ela precisa demonstrar que reconhece a grande votação que recebeu dos nordestinos, que foi determinante para sua eleição, e atender as nossas reivindicações”, destacou Liberalino.

Ainda no lançamento da Campanha foi iniciado um abaixo-assinado para reforçar, com assinaturas de toda a região, as deliberações do relatório da Caravana junto às autoridades.

O objetivo é chamar a atenção dos governos Federal e Estadual para a efetivação de ações duradoras e permanentes, capazes de promover a convivência dos agricultores familiares, agropecuaristas e produtores rurais com a seca.



Nyll Pereira

